

Ata de Reunião

Comitê de Tecnologia da Informação - CTI

Ata nº 03/2017

Data: 20/10/2017 – 13h

Local: 24º andar do Edifício Sede



**Tribunal Regional do Trabalho
da 2ª Região**

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

PRESENTES

Nome	Lotação
Desembargadora Cândida Alves Leão	
Juiz Carlos Abener de Oliveira Rodrigues Filho	
Hilda Maria Francisca de Paula	Vice Presidência Administrativa
Carolina Carvalho de Toledo Murat	Vice Presidência Administrativa
Márcio Nisi Gonçalves	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic)
Márcio Vinícius Gimenes Milan	Coordenadoria Apoio ao Planejamento e à Governança de TIC (CAPGTIC/Setic)
Sarah Soares de Oliveira e Sousa	Seção de Sustentação das Estratégias de TIC (SSETIC/Setic)

PAUTA PREVISTA

ID	Tópico
1.	Perfis dos usuários nas estações de trabalho
2.	Definição de parâmetros para contratação de Internet 4G
3.	Revisão de documentação de projetos
4.	Parâmetros de Contratação do Serviço de Service Desk / Posicionamento do status da contratação
5.	Apresentação da revisão do plano de implantação da Resolução 211/2015 do CNJ
6.	Aprovação para publicação da revisão da Metodologia de Gerenciamento de Projetos de TIC
7.	Extrato de Atas
8.	Painel de Indicadores
9.	Definição das próximas reuniões

ASSUNTOS DISCUTIDOS

Assuntos Gerais:

1. Perfis dos usuários nas estações de trabalho

Márcio Nisi explicou que na última reunião do CSIC o assunto foi tratado no item 5. O assunto será submetido à presidência.

2. Definição de parâmetros para contratação de Internet 4G

Márcio Nisi sugeriu que fosse usada a franquia de pelo menos 5GB.

A Desembargadora Cândida ponderou que achava interessante a franquia de 10GB.

O comitê decidiu licitar a franquia de 10GB.

3. Revisão de documentação de projetos

Márcio Nisi apresentou o PGP e o TEP do Projeto PDTIC 5.39, explicando que o projeto já foi concluído e que o painel será apresentado no item 8 da reunião. O Comitê irá assinar os documentos.

Márcio Nisi apresentou TAP, PGP e TEP do Projeto PDTIC 005/2016 e o comitê irá assinar os documentos.

Márcio Nisi apresentou o PGP do Projeto PDTIC 009/2016, explicando os problemas orçamentários em relação à contratação capacitação e também em relação à época em que foi realizado o estudo das necessidades de capacitação pela empresa Véli. Reforçou que após esse mapeamento houve a reestruturação da SETIC. Sugeriu que o Plano de Capacitação atual seja prorrogado até 2018. Explicou que os cursos estão separados entre realizados pela EJUD ou sob responsabilidade da SETIC, e que no momento os cursos de Gestão de Processos e Gestão de Qualidade estão sendo realizados. O Comitê irá assinar o documento.

4. Parâmetros de Contratação do Serviço de Service Desk / Posicionamento do status da contratação

Márcio Nisi explicou que a documentação trazida foi produzida com base na gestão dos 3 anos de contrato. Comentou que a Tivit será substituída provavelmente no início de 2018, entre janeiro e fevereiro, e que o contrato é bastante similar, com pequenos ajustes descritos na documentação apresentada.

Márcio Nisi repassou as principais mudanças, como Indicadores de Níveis de Serviço, e destacou que, como foi o primeiro contrato de suporte, houve um aprendizado durante sua gestão. Explicou que a SETIC consultou o setor de Estatística do TRT para definir como monitorar a qualidade do atendimento por amostragem.

Sobre as definições de requisitos, Márcio Nisi informou que a forma de atendimento foi alterada para contratar o serviço de service desk, e não as pessoas de service desk. Dessa forma, o contrato será de compartilhamento de recursos e não de exclusividade.

O Juiz Carlos Abener questionou sobre o teletrabalho (*homeoffice*). Márcio Nisi explicou que existe a previsão do suporte, nos casos de pessoas autorizadas a realizar teletrabalho. Em outras situações está previsto que não há suporte.

Márcio Nisi explicou que o valor ficou menor, e irá encaminhar um documento com as principais mudanças ao CTI na próxima semana.

O Juiz Carlos Abener questionou sobre a possibilidade dos chamados não mais serem passados para Brasília. Márcio Nisi explicou que hoje eles compõem 30% do total de chamados, e o contrato só prevê 25%. Ainda que suportássemos os chamados nacionais, poderia ser feito um aditivo.

Márcio Nisi explicou que foi acertado com a Presidência que toda a equipe de suporte da empresa terceirizada ficaria concentrada na Sede. O Juiz Carlos Abener questionou sobre equipes em locais fora da capital, Márcio Nisi explicou que o contrato não define quantas pessoas devem ficar em cada lugar, mas sim o prazo de atendimento. A SETIC disponibiliza à empresa postos fixos onde há disponibilidade de espaço.

5. Apresentação da revisão do plano de implantação da Resolução 211/2015 do CNJ

Márcio Milan explicou a pendência da última reunião em relação ao item da pauta. Explicou que foi feita uma triagem no plano e sobraram algumas pendências para discutir no CTI.

Item 1.6 - Em relação ao item de gestão de ativos (licenças/bens físicos a cargo do usuário), Márcio Nisi lembrou que em reuniões anteriores a Desembargadora Jucirema tinha um posicionamento contrário ao trazido pela SETIC. Em razão disso foram feitos alguns ajustes e o novo desenho do processo precisa ser apresentado novamente ao CTI (sugestão de pauta para a próxima reunião). A Desembargadora Cândida questionou como ficou, Márcio Nisi explicou que foi definido que o usuário se responsabiliza, por meio de um termo, pelo uso do software. Aguardar para discutir após a decisão sobre os perfis de usuários. Caso na próxima reunião já exista o resultado dessa questão, Márcio Nisi irá trazer o desenho na próxima reunião.

Item 1.7 – Continua pendente para ser levado à Presidência

Item 2.1 – MGD publicado.

Item 2.2 – A SETIC precisa trazer para o CTI a lista de sistemas críticos, em termos de segurança. Pauta para a próxima reunião. Definir quais são os estratégicos.

Item 2.3 – MGD publicado

Item 2.4 - Solução de BI - Alteração com a providência a ser tomada para sanar a pendência. A contratação está em andamento e estima-se que seja concluída no presente exercício.

Item 3.1.4 – Alterar a descrição: o Tribunal tem uma diretriz da presidência; o CNJ disponibilizou uma solução que permite a catalogação da audiência em momentos. Foi enviado um ofício pelo TRT ao CNJ a utilização da ferramenta com armazenamento local, e não centralizado. Não houve resposta até o momento.

O Juiz Carlos Abener sugeriu um estudo sobre o armazenamento local ou a terceirização do armazenamento/bando de dados. Márcio Nisi informou que foi feita uma contratação que previa o armazenamento local que poderia ser usado para um piloto/projeção.

O Juiz Carlos Abener sugeriu que fosse feita uma tentativa para medir a necessidade de armazenamento. Márcio Nisi explicou que a ferramenta não tem integração com o Pje e que também não há como acessar a informação catalogada.

Foi sugerido o envio de um novo ofício relatando o ocorrido. O Comitê concordou em modificar o procedimento de atendimento do item 3.1.4 – como será atendido.

Item 3.1.8 – Márcio Nisi comentou sobre a coparticipação com o TRT da 4ª Região; a licitação aconteceu e ficou com custos muito menores que os inicialmente previstos. Explicou que é preciso tratar sobre ajustes orçamentários para 2017 nas próximas reuniões do CTI (remanejamento).

Márcio Nisi explicou como é feito o backup hoje. De certa forma há uma garantia da informação, mas se houver necessidade de recuperá-la seria necessário um grande tempo de parada. Atualmente é feito o backup dos arquivos alterados durante o dia. Caso fosse feito o backup de todos os arquivos, levaria mais de 24 horas. A SETIC entende que este é um serviço crítico e que algumas ações estão sendo tomadas para otimizá-lo.

Márcio Nisi apresentou os valores necessários para os backups, conforme Pregão do TRT da 4ª Região, incluindo a garantia. Explicou que entende que esta aquisição seria prioritária em relação a outras que já estão previstas. A contratação não traz prejuízo para o tribunal e, caso sobre algum valor, pode ser usado em outras demandas. Nesse caso, seria necessária aprovação do comitê para usar um recurso que não estava previsto para este ano. Márcio Nisi poderá encaminhar um documento explicando a questão, incluindo os desenhos da contratação dos equipamentos, para ser apresentado na próxima reunião e submetido para aprovação. A Desembargadora Cândida tentará levar o assunto à Presidência.

Item 3.1.10 -

6. Aprovação para publicação da revisão da Metodologia de Gerenciamento de Projetos de TIC

Uma proposta de Metodologia de Projetos de TIC foi entregue pela empresa G4F e exercitada em projetos piloto, entre 2015 e 2016, após demanda do CSJT. Márcio Nisi explicou a SETIC tem uma equipe dedicada ao Escritório de Projetos, que fez a revisão da metodologia da empresa para adequá-la às particularidades da TIC do TRT da 2ª Região. Márcio Nisi explicou que a metodologia não é definitiva, e que com o tempo ela vai ficando mais completa.

Márcio Milan explicou que na época da contratação a empresa usou boas práticas de mercado e de órgãos públicos para evoluir a Metodologia de Projetos de TIC do TRT da 2ª Região. Destacou que a SETIC teve algumas limitações de acordo com o que previa o contrato.

Márcio Nisi relatou que pode trazer, na próxima reunião, um documento indicando as principais mudanças em relação à metodologia anterior. Na próxima sexta, dia 27/10, o documento com o resumo das mudanças será encaminhado ao CTI. A Desembargadora Cândida ponderou que, como é uma evolução, entende que a revisão da metodologia possui boas práticas. O assunto será retomado em reuniões futuras para aprovação.

7. Extrato de Atas

Márcio Nisi explicou a questão das atas completas ficarem públicas, ou apenas o extrato. Ele sugeriu que apenas os extratos das atas do CTI sejam publicados, reservando e armazenando internamente a ata original. O Comitê concordou em sempre fazer os extratos das atas para publicação.

Ficou definido que as atas são assinadas na própria reunião e os extratos são elaborados posteriormente, mas não necessitam de assinatura.

A Desembargadora Cândida questionou sobre a possibilidade de assinatura eletrônica das atas. Márcio Nisi explicou que está sendo estudado um modelo e que na próxima reunião do CTI pode trazer o processo.

8. Painel de Indicadores

Márcio Nisi apresentou o painel e explicou que a ideia foi ter a informação de forma rápida, fácil e atualizada. Márcio explicou que os indicadores 9, 10 e 20 do PEI não são de responsabilidade da SETIC e por isso estão isolados. A Desembargadora Cândida questionou se cabe ao CTI cobrar a área responsável. Márcio explicou que a questão de “zelar” pela apuração dos indicadores é tratada pelo CPG.

Márcio Milan explicou que o indicador 17 do PEI foi assunto do CPG de novembro de 2016, onde foi definido que seria feita uma medição inicial para estabelecer as práticas do COBIT. É necessário levar novamente ao CPG para selecionar quais itens devem ser medidos e acompanhados, para então definir as metas futuras.

Márcio Nisi explicou sobre os ANSs assinados e a dificuldade de medição (Indicador 18). Os acordos foram desenhados mas não estão sendo medidos no Assyst. Márcio explicou que o ANS do Pje foi assinado e será o primeiro a ser inserido no Assyst, de forma que ao abrir um chamado ele seja catalogado para que o tempo de atendimento seja mensurado. Dessa forma, pode-se verificar se o SLA foi atendido. É necessário levar novamente ao CPG para definir novas metas.

Márcio relatou que talvez seja necessário rever algumas metas com o CPG.

Márcio Nisi explicou sobre os indicadores orçamentários (12, 13 e 14 PETIC). Hoje não existe um processo, as ações tomadas são ad hoc. Não há muitos controles e geralmente as demandas já começam com atraso. Estão sendo elaborados dois processos tratando Orçamento e Contratação, futuramente serão trazidos ao CTI.

Márcio Nisi informou que trouxe o painel para validar o formato (semáforo). Metas de indicadores numéricos, por exemplo, poderiam ser tratados proporcionalmente à data de medição, ou da forma que está. A Desembargadora Cândida sugeriu uma coluna adicional com uma explicação para a situação de cada indicador. Márcio Nisi concordou.

Márcio Milan explicou que os indicadores tem periodicidades diferentes de medição, mas que foi definido no processo que os painéis seriam gerados a cada 3 meses, disponíveis para consulta pelo CTI no site do TRT.

A Desembargadora Cândida sugeriu que sejam trazidos os itens relacionados aos indicadores que necessitem de atuação do CTI. Márcio Nisi concordou.

9. Definição das próximas reuniões

As próximas reuniões ficam agendadas para os dias 09/11/2017 e 24/11/2017, sempre às 13h.

<i>Id</i>	<i>Item Pauta</i>	<i>Pendências</i>	<i>Responsável</i>	<i>Prazo</i>
1.	1	Submeter à Presidência o resultado do item 5 da reunião CSIC 05/2017		
2.	4	Encaminhar documento com principais mudanças em relação ao contrato anterior	SETIC	
3.	5	Apresentar novo processo do Item 1.6 do Plano da Resolução Nº 211/CNJ	SETIC	
4.	5	Apresentar documento explicando questões de orçamento e desenho das soluções de backup do Item 3.1.4	SETIC	
5.	5	Encaminhar ao CTI um documento com o resumo de alterações da nova metodologia de projetos de TIC	SETIC	27/10/2017

Cândida

DESEMBARGADORA CÂNDIDA ALVES LEÃO
 COORDENADORA DO COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO SUBSTITUTA

Carlos Abener de Oliveira Rodrigues Filho
JUIZ CARLOS ABENER DE OLIVEIRA RODRIGUES FILHO

JUIZ DO TRABALHO

